

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Rua Dr. Custódio Junqueira, 236, sala 201 - Centro - Leopoldina/MG

CNPJ 04.849.745/0001-80.

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2024

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a **HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A**, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho 2024.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em **30/08/2024**.

<https://somoshbi.com.br/>

A Diretoria da HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Ricardo Barros Mendes, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2024

Diretor Responsável
Ricardo Barros Mendes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A **HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A** é uma sociedade de crédito ao microempreendedor com sede em Leopoldina (MG), foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 19 de dezembro de 2001, constituída juridicamente junto a JUCEPAR em 11/01/2002 e possui, como objeto social, a concessão de financiamentos a pessoas naturais, a microempresas ou a empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

PERSPECTIVAS

A **HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A** acredita que novas oportunidades de crescimento e fortalecimento do modelo de negócios continuarão apresentando um cenário positivo no decorrer deste ano.

Ratificamos nosso firme propósito no contínuo aprimoramento da nossa estrutura administrativa, tecnológica, compliance e gestão de riscos.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com sobre as demonstrações contábeis da **HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A**, para o semestre findo em 30 de junho de 2024 autorizando sua emissão em 02 de agosto de 2024.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 04.849.745/0001-80
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO			PASSIVO				
	NE	30/06/2024	31/12/2023		NE	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		1.113	2.922	CIRCULANTE		287	114
Disponibilidades	4	655	213	Depósitos		-	-
				Outros Depósitos		-	-
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	20	1.383	Obrigações por empréstimo		-	-
Cotas de Fundos de Investimentos		20	1.383	Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-
				Outras obrigações	9	287	114
				Cobrança e arrec. de tributos		115	35
Operações de crédito	6	187	908	Sociais e estatutárias		-	-
Operações de crédito		279	950	Fiscais e previdenciárias		62	32
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(92)	(42)	Diversas		110	47
Outros créditos	7	251	418	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.435	2.906
Diversos		251	418	Capital Social		3.600	3.600
NÃO CIRCULANTE		609	98				
Operações de crédito	6	416	65	Capital		3.600	3.600
Operações de crédito		418	65	Aumento Capital		-	-
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2)	-	Capital a integralizar		-	-
Imobilizado	8	193	33	Reserva de Lucros		-	-
Outras Imobilizações de Uso		207	35	Lucros/Prejuízos acumulados		(2.165)	(694)
(-) Depreciações Acumuladas		(14)	(2)				
TOTAL DO ATIVO		1.722	3.020	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.722	3.020

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NE	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		1.111	134
Operações de crédito		230	118
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		22	16
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		859	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(52)	(2)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(52)	(2)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.059	132
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.464)	(121)
Receitas de prestação de serviços		1.832	189
Despesa Pessoal		(18)	
Outras despesas administrativas	11	(3.990)	(287)
Despesas tributárias		(222)	(24)
Outras receitas operacionais			22
Outras despesas operacionais		(66)	(21)
Resultado Operacional		(1.405)	11
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(66)	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(1.471)	11
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(2)
Provisão para imposto de renda e Contribuição social			(2)
Lucro (Prejuízo) Líquido		(1.471)	9
Lucro (Prejuízo) por ação		(0,4086)	0,0150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(1.471)	9
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	(1.471)	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de dezembro 2022	600	-	96	-	67
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	9
Utilização Reserva Legal	-	-	67	-	67
Saldos em 30 DE JUNHO DE 2023	600	-	29	-	9
Mutações do Semestre	-	-	67	-	76
Saldo 31 Dezembro 2023	3.600	-	-	-	694
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	1.471
Utilização Reserva Legal	-	-	-	-	-
Saldos em 30 DE JUNHO DE 2024	3.600	-	-	-	2.165
Mutações do Semestre	-	-	-	-	1.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2024 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	30/06/2024	30/06/2023
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	(1.471)	9
1.2 Ajustes por Depreciação	12	1
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	2
2. Variação de Ativos e Obrigações	2.021	8
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	1.363	606
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	318	(473)
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	167	(194)
2.4 Outros valores e bens	-	-
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	110	74
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	-	-
2.7 Aumento (Redução) Diversos	63	(5)
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	614	20
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(172)	(11)
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	(172)	(11)
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	0
5.1 Depósitos	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	442	9
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	213	5
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	655	14
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra
forma).**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A, constituída em 2002, capital 100% pessoas físicas brasileiras e residentes no Brasil, CNPJ 04.849.745/0001-80, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, aos informais e aos MEIs, (microempreendedores individuais) com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, exercendo atividades definidas pelo Banco Central do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A, avaliou os eventos subsequentes até o dia 02 de agosto de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência e em algumas situações de despesas pelo regime de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

No grupo contábil disponibilidade, estão os valores monetários de disponibilidade imediata, composto de caixa e pelas contas bancárias de movimento.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos mensalmente até a data do balanço, sendo de disponibilidade imediata.

f) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

g) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

h) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. DISPONIBILIDADES

Os valores aplicados no em disponibilidades seguem a seguinte composição:

	30/06/2024	31/12/2023
	655	213
Depósitos Bancários em Instituição S/ Conta Reserva	655	213

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	20	1.383
Cotas de Fundo de Investimento	20	1.383

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos	243	261
Título descontado	454	754
Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	(94)	(42)
Total	603	973

6.1 Classificação por nível de risco e provisão

Nível de risco	% de Provisionamento	30/06/2024		31/12/2023	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	492	3	937	4
B	1,00%	14	0	19	0
C	3,00%	79	2	0	0
D	10,00%	0	0	0	0
E	30,00%	12	4	10	3
F	50,00%	10	5	0	0
G	70,00%	31	21	49	35
H	100,00%	59	59	0	0
		697	94	1.015	42

7. OUTROS CRÉDITOS

Abaixo a composição dos Outros Créditos:

	30/06/2024	31/12/2023
Outros Créditos	251	418
Adto a Terceiros	115	373
Adto. Imob. Fornecedores	16	11
Impostos e Contribuições a Compensar	34	34
Devedores Diversos	86	0

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

O ativo permanente da instituição é composto por Mobiliário e equipamentos processamento de dados. Os valores são compostos conforme os quadros abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Imobilizado	193	33
Mobiliário	207	35
(-) Depreciação	(14)	(2)

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	30/06/2024	31/12/2023
Outras obrigações	287	114
Cobrança e arrec. tributos	115	35
Fiscais e Previdenciários	62	32
Credores Diversos - País	110	47

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no 1º semestre de 2024 era de R\$ 3.600.000.

Prejuízos Acumulados

A empresa obteve no 1º semestre de 2023 um prejuízo de 1.471, ficando com um saldo de prejuízo acumulado no valor de R\$ 2.165.

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas Administrativas	3.990	287
Comunicação	31	-
Processamento de dados	215	35
Despesa Aluguel	38	44
Despesas do Sistema Financeiro	12	9
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	3.465	171
Outras Despesas Administrativas	210	28

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil.

14. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 30/06/2024 foi autorizada pelos sócios da HBI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A, em 02 de agosto 2024.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes relevantes até a data da emissão das demonstrações financeiras.

17. DEMANDAS JUDICIAIS

A sociedade figura como polo passivo em 13 (treze) processos, aos quais foram classificados pelos assessores jurídicos como 7 com perda remota, 5 com perda possível e 1 com perda provável.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
HBI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.
Leopoldina - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **HBI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A**, (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HBI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis comparativas

As demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 27 de agosto de 2024.

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR N° 011842/O-5
CVM N° 13200



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR N° 044.768/O-3